



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral do Acre

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 44/2007 - TIPO: MENOR PREÇO (PROCEDIMENTO N.º 3.004/2007)

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, por intermédio do Pregoeiro designado pela Portaria n.º 558, de 19 de dezembro de 2006, torna pública a abertura de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, PELO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, a ser realizado por meio da tecnologia da informação, obedecidos os preceitos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos 3.555/2000, 3.931/2001 e 5.450/2005, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições da Lei n.º 8.666/1993, e subordinanASdo-se às condições e exigências estabelecidas neste Edital.

1 - Do OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem por objeto a formação de Registro de Preços para eventual e futura aquisição de material de consumo diversos, observadas as especificações técnicas obrigatórias e quantitativos constantes do Anexo I deste Edital.
- 1.2. Havendo divergências entre as especificações consignadas no edital e as constantes do sistema eletrônico, prevalecerão aquelas, visto que nem sempre é possível identificar no CATMAT - Catálogo de Material do Comprasnet - todos os itens com as mesmas especificações da demanda.

2 - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data: 09/11/2007

Horário: 16 horas (horário de Brasília)

Local: www.comprasnet.gov.br

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos, e que estiverem devidamente credenciados no site: : www.comprasnet.gov.br.
- 3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- 3.3. O credenciamento junto ao COMPRASNET implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 3.4. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Tribunal Regional Eleitoral do Acre responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.5. Não será permitida a participação de empresas:
 - a) reunidas em consórcio ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
 - b) concordatárias ou com falência decretada, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

- c) suspensas temporariamente de participar de licitações e de contratar com o Tribunal Regional Eleitoral do Acre;
- d) declaradas inidôneas para licitar ou para contratar com a Administração Pública.

4 - PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

- 4.1 O Pregoeiro e sua equipe de apoio obedecerão, na execução dos seus trabalhos, aos trâmites e procedimentos estabelecidos nas alíneas abaixo:
- a) no horário estabelecido no preâmbulo deste Edital o Pregoeiro efetuará a abertura das propostas encaminhadas pelo sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site www.comprasnet.gov.br;
 - b) abertas as propostas, o Pregoeiro verificará a conformidade de cada item com os requisitos estabelecidos;
 - c) caso seja verificado que a proposta não atenda aos requisitos estabelecidos, esta será desclassificada pelo Pregoeiro, passando-se em seguida à abertura da fase de lances;
 - d) classificadas as propostas, as licitantes poderão ofertar lances sucessivos, observado o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital, podendo haver somente um lance de cada valor, sendo que, em caso contrário, valerá a primeira proposta a ser registrada;
 - e) encerrada a fase de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao atendimento da Lei Complementar n. 123/2006, bem como a Lei 11.488/2007, assegurando como critério de desempate preferência de contratação para as Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, atendida a condição de identificação prevista no item 5.3;
 - f) Consideram -se EMPATADAS aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte ou Cooperativas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço, devendo o Pregoeiro agir da seguinte forma:
 - g) - a Micro Empresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa melhor classificada, excetuando-se a primeira colocação, será convocada para apresentar nova proposta, a qual deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito.
 - h) Caso ofereça proposta inferior à melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame; não ocorrendo interesse das Pessoas Jurídicas referidas em cobrir a oferta da primeira colocada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do caput do subitem 4.1, "f", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
 - i) Depois de vencidas as etapas supracitadas, o Pregoeiro analisará a compatibilidade de preço ofertado pela proponente classificada em primeiro lugar, com o valor estimado para a contratação. Não sendo aceito, o Pregoeiro, por intermédio do sistema eletrônico, encaminhará contraproposta objetivando a redução do preço ofertado;
 - j) não sendo compatível o preço e havendo recusa de contraproposta, por parte da primeira colocada, o Pregoeiro recusará sua proposta e direcionará a contraproposta à licitante imediatamente classificada, sempre respeitando o direito de preferência a que se referem as Leis 123/2006 e 11.488/2007, assim sucessivamente, até a obtenção do preço julgado aceitável;
 - k) obtida uma proposta de preços julgada aceitável, o Pregoeiro consultará a base de dados do SICAF para verificar o preenchimento dos requisitos habilitatórios fixados neste Edital;
 - l) verificado o desatendimento pela licitante de qualquer dos requisitos de habilitação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte da licitante imediatamente classificada, e assim sucessiva até a apuração de uma proposta que atenda aos termos deste Edital;
 - m) encerrada a etapa de lances, e não havendo quem pretenda recorrer, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame em favor da licitante julgada vencedora;
 - n) manifestando qualquer das licitantes a intenção de recorrer, o processo somente será encaminhado para fins de adjudicação e homologação do resultado após o transcurso da fase recursal.
- 4.1 Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o

Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

- 4.1 O Pregoeiro e a autoridade superior do Tribunal Regional Eleitoral do Acre poderão pedir esclarecimentos e promover diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo, isso em qualquer fase da licitação e sempre que julgarem necessário, fixando às licitantes prazos para atendimento, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originariamente da proposta.

5 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS

- 5.1. A empresa interessada em participar do certame deverá encaminhar sua proposta exclusivamente por meio eletrônico através do site www.comprasnet.gov.br.
- 5.2. O encaminhamento da proposta comercial para o endereço eletrônico mencionado no subitem anterior poderá ocorrer a partir da data da liberação do edital no COMPRASNET, até a data da abertura.
- 5.3. A proponente, ao cadastrar sua proposta, deverá declarar, no campo – INFORMAÇÕES ADICIONAIS – da proposta eletrônica de preços, sua condição, ou não, de Micro Empresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, sob pena de perda dos benefícios de preferência previstos na Lei Complementar n. 123/2006, sendo também aplicável tal regra às Cooperativas, por força da Lei n. 11.488/2007;
- 5.4. Não se admitirá a oferta de produtos usados ou reconicionados.

6 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

- 6.1. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública) as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 6.2. Os lances deverão ser formulados pelo **VALOR UNITÁRIO** proposto para cada item.
- 6.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação.
- 6.4. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 6.6. Durante o transcurso da sessão pública o Pregoeiro enviará mensagens, via *chat*, às licitantes, mas estas só poderão se comunicar com o Pregoeiro por iniciativa deste, após o encerramento da fase de lances.
- 6.7. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.8. Quando a desconexão referida no subitem anterior persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro às participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.9. A etapa de lances será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta minutos), aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.10. Encerrada a etapa competitiva de lances, se o lance provisoriamente vencedor não tiver sido formulado por microempresa, empresa de pequeno porte ou Cooperativa, ocorrendo empate nos termos do art. 44, § 2º da LC 123/2006 ou da Lei 11.488/2007, respectivamente, o sistema oportunizará às empresas beneficiárias da norma 5 (cinco) minutos para que, querendo, reduzam suas ofertas.

- 6.11. Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no art. 28 do Decreto n.º 5.450/2005.

7 - DA HABILITAÇÃO

- 7.1. A habilitação da licitante será efetuada mediante consulta ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da validade dos documentos abaixo, sendo dever do licitante manter a documentação respectiva devidamente atualizada no mencionado Sistema:
- 7.1.1. prova de regularidade junto ao INSS;
 - 7.1.2. prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, junto à Caixa Econômica Federal;
 - 7.1.3. prova de regularidade quanto à Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
 - 7.1.4. prova de regularidade junto à Secretaria da Receita Federal;
- 7.2. Constitui também, condição de habilitação, o encaminhamento pela detentora da melhor oferta:
- 7.2.1. declaração nos moldes do Anexo II deste Edital, firmada pelo representante legal da licitante, dando conta de que não emprega menores de idade, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, bem como de que não prescreve trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres aos profissionais de seu quadro, com idade entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos;
 - 7.2.2. A declaração acima citada deverá ser enviada preferencialmente via chat, no momento da Sessão, tão logo seja solicitada pelo Pregoeiro, ou via fax e e-mail. Para tanto, é dever da licitante permanecer "logada" durante as fases posteriores à fase de lances.
 - 7.2.3. O prazo para envio da declaração (item 7.2.1) é de 40 (quarenta) minutos, contados do momento em que o Pregoeiro abrir o chat para resposta do licitante. O chat ficará aberto durante os primeiros 5 (cinco) minutos do prazo. Caso não haja manifestação nesse período, o Pregoeiro ainda aguardará, nos 35 (trinta e cinco) minutos restantes, o envio da declaração via fax ou e-mail.
 - 7.2.4. O não-envio da declaração no prazo estipulado acarretará a inabilitação da licitante.

8 - DO JULGAMENTO

- 8.1. Somente concorrerão à qualificação para fins de participação da fase de lances as propostas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos.
- 8.2. O julgamento e a adjudicação do objeto desta licitação serão realizados POR ITEM.
- 8.3. Não serão consideradas quaisquer vantagens não previstas neste Edital.
- 8.4. No julgamento desta licitação levar-se-á em consideração o valor ofertado pelas licitantes, devendo ser declarada vencedora aquela que, tendo sido habilitada, seja também a autora do menor preço julgado aceitável pelo Pregoeiro, devendo também ser observado, quanto aos valores unitários, critérios de aceitabilidade (art. 40, X, da Lei n.º 8.666/93).
- 8.5. Serão desclassificadas as propostas que:
 - a) consignarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, apresentarem valores totais ou unitários simbólicos, irrisórios com cotação de valor zero;
 - b) forem elaboradas em desacordo com os termos deste Edital e seus Anexos.

9 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante classificada em primeiro lugar será convocada para firmar a Ata de Registro de Preços no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito a ter o seu preço registrado.
- 9.2. O prazo fixado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, desde que a solicitação seja apresentada ainda durante o transcurso do interstício inicial, e ocorra por motivo justificado e aceito pelo Tribunal Regional Eleitoral do Acre.
- 9.3. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de homologação do presente Pregão, que a originou.

10 - DA NOTA DE EMPENHO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 10.1. Será emitida Nota de Empenho em favor da licitante vencedora do certame, a qual tomará por base os dispositivos da Lei n.º 8.666/93, as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como as constantes da proposta apresentada pela empresa adjudicatária.
- 10.2. Após regular convocação por parte do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, a empresa adjudicatária terá prazo máximo de 02 (dois) dias úteis para retirar ou confirmar o recebimento da Nota de Empenho, sob pena de, não o fazendo, decair do direito à contratação e sujeitar-se às penalidades previstas neste Edital.
- 10.3. A entrega dos materiais deverá ocorrer no prazo não superior a 20 (vinte) dias, contado da data de recebimento da nota de empenho.
- 10.4. Em caso de comprovada superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade do adjudicatário e que altere substancialmente as condições de seu cumprimento, será examinado pedido de prorrogação.
- 10.5. O pedido, formulado com as pertinentes razões e/ou acompanhado de comprovante do alegado, deverá ser dirigido à Seção de Assistência à Saúde e Benefícios - SASBEN do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, unidade gestora das Atas oriundas do certame regido pelo presente Edital (quanto aos itens 01 e 02) ou à Seção de Almoxarifado - SEALM, , unidade gestora das Atas oriundas do certame regido pelo presente Edital (quanto aos itens 03 a 10), antes do término do prazo inicialmente estipulado, ficando a critério do Ordenador de Despesa acolher ou não o requerimento da contratada.
- 10.6. Os materiais serão recebidos pela Seção de Assistência à Saúde e Benefícios (itens 01 e 02) e pela Seção de Almoxarifado (itens 03 a 10), Unidades Gestoras do Contrato, em até 03 (três) dias corridos, a partir da comunicação escrita da Contratada, após a verificação da conformidade do material com a especificação.
- 10.7. O embargo do recebimento definitivo do objeto não implicará dilação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso, não acarretando ônus para o Tribunal Regional Eleitoral do Acre.
- 10.8. A empresa adjudicatária obriga-se a substituir, no prazo de 03 (três) dias, contado do recebimento de notificação, o material entregue e aceito, comprovada a existência de incorreções e defeitos, cuja verificação somente venha a se dar quando de sua utilização. Findo este prazo será aplicado o que disciplina o subitem 12.1.
- 10.9. Os materiais entregues deverão ser novos de primeiro uso, estar devidamente acondicionados em embalagem lacrada de fábrica e revestir-se das características e especificações contidas no Anexo I deste Edital, bem como as consignadas na proposta apresentada pela contratada.
- 10.10. A empresa adjudicatária deverá fornecer somente produtos que atendam integralmente às características e especificações consignadas em sua proposta comercial, bem como observar as condições e prazos propostos, assumindo toda e qualquer responsabilidade por sua integridade.

11 - DO PAGAMENTO

- 12.1. O Tribunal Regional Eleitoral do Acre promoverá o crédito da quantia ajustada na conta bancária da contratada, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, no prazo de 08 (oito) dias úteis, contado do recebimento definitivo.

- 11.2. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que a contratada adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após a contratada ter solucionado o problema.
- 11.3. Poderá o Tribunal Regional Eleitoral do Acre deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas e/ou indenizações devidas pela contratada.
- 11.4. Caso o TRE não promova, por sua culpa, o pagamento no prazo pactuado e em observância ao disposto na alínea "c" do inciso XIV do art. 40 da Lei n.º 8.666/93, o valor a ser pago será corrigido monetariamente, adotando-se a seguinte fórmula:
- EM = NxVP x I Onde:
EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela paga; I = Índice de compensação financeira, assim apurado:
I = $(TX/100) / 365$
TX = Percentual da Taxa Anual- 6% (seis por cento)
- 11.5. Em se tratando de produtos importados, fica reservado ao Tribunal Regional Eleitoral do Acre o direito de solicitar a 4ª (quarta) via da Guia de Importação relativa aos mesmos, de modo que possa realizar as verificações julgadas necessárias.
- 11.6. Sendo a contratada optante pelo SIMPLES, deverá a mesma apresentar cópia do respectivo termo de opção juntamente com a nota fiscal de fornecimento dos materiais de modo que os tributos incidentes sobre a operação de venda dos mesmos sejam recolhidos naquela modalidade.

12 - DAS PENALIDADES

- 12.1. Fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) a título de multa de mora por dia de atraso no cumprimento das obrigações ajustadas, incidentes sobre o valor empenhado ou sobre a quantia correspondente à parcela inadimplida da obrigação.
- 12.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes desta licitação, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades:
- a) advertência;
 - b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação ou sobre a parte não cumprida;
 - c) Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, da Lei 10.520/2002.
- 12.3. As penalidades previstas nas alíneas "a" e "c" do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a da alínea "b".
- 12.4. Caso a empresa vencedora se recuse a receber a Nota de Empenho no prazo indicado, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação, sendo-lhe aplicada, isolada ou cumulativamente, as penalidades previstas no subitem 12.2, alíneas "b", e "c".
- 12.5. A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, l. apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da realização do certame ou da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajuste, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará de igual modo sujeita às penalidades elencadas no subitem 12.2, e será, em sendo o caso, descredenciada do SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 12.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao Tribunal Regional Eleitoral do Acre pela Contratada serão deduzidos de pleno direito de valores que lhe forem devidos, ou recolhidos através de GRU ou cheque nominal em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, ou cobradas judicialmente.
- 12.7. A Contratada inadimplente que não tiver valores a receber do Tribunal Regional Eleitoral do Acre terá o prazo de 05 (cinco) dias Úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa, na forma estabelecida no subitem anterior.
- 12.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste Edital será, obrigatoriamente, registrada no SICAF e precedida de regular processo administrativo, onde será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13 - DOS RECURSOS E DAS IMPUGNAÇÕES

- 15.1. Ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar imediata intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões, sendo que a falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.
- 13.2. Será concedido à licitante o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões do recurso, na qual poderá juntar memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. Devendo os memoriais ser protocolizados na sede do TRE, ou enviados para os e-mails ageu@tre-ac.gov.br ou comap@tre-ac.gov.br.
- 13.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 13.1, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.
- 13.4. Os recursos contra a decisão do Pregoeiro não terão efeito suspensivo.
- 13.5. Os recursos contra anulação ou revogação da licitação, rescisão do contrato, bem como contra a aplicação das penas de advertência, impedimento ou de multa poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que se verificar a intimação dos interessados.
- 13.6. Qualquer pessoa que pretender impugnar os termos deste Edital deverá fazê-lo por meio de expediente escrito dirigido ao Pregoeiro, exclusivamente na forma eletrônica, observada a antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, contados da data fixada para abertura da sessão pública.
- 13.7. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital se não o fizer no prazo previsto no subitem anterior, não revestindo natureza de recurso as alegações apresentadas por empresa que, tendo aceitado sem objeção o instrumento convocatório, venha, após julgamento desfavorável, alegar falhas ou irregularidades que o viciariam.
- 13.8. A impugnação feita tempestivamente será decidida pelo Pregoeiro no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

14 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal Regional Eleitoral do Acre ou a ele provisionados, os quais serão discriminados na respectiva Nota de Empenho.

15 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica plena aceitação das condições estipuladas neste Edital e seus Anexos.
- 15.2. O Tribunal Regional Eleitoral do Acre poderá adiar ou revogar a presente licitação por interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente a justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, ficando, nesse último caso, desobrigado de indenizar, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 29 do Decreto n.º 5.450/2005.
- 15.3. As decisões do Pregoeiro serão consideradas definitivas somente após terem sido homologadas pela autoridade competente do Tribunal Regional Eleitoral do Acre.
- 15.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.5. Alterações das condições deste Edital, bem como informações adicionais, serão divulgadas na "homepage" do Tribunal (www.tre-ac.gov.br e www.comprasnet.gov.br), ficando as licitantes obrigadas a acessá-las para ciência.
- 15.6. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada

para a abertura do Certame, exclusivamente por meio eletrônico (comap@tre.gov.br ou ageu@tre-ac.gov.br).

- 15.7. Os originais das propostas e/ou documentos habilitatórios das empresas vencedoras deverão ser encaminhados ao Pregoeiro do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, localizado na Rua Ilmar Galvão, s/n.º, Centro Administrativo Estadual, Bairro Distrito Industrial, CEP 69914-220.
- 15.8. Integram o presente Edital, independentemente de qualquer transcrição, os seguintes anexos:
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.
ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO AO EMPREGO DE MÃO-DE-OBRA DE MENORES.
ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Rio Branco/AC, 15 de outubro de 2007.

Desembargador Samoel Martins Evangelista
Presidente do TRE/ AC

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP N.º 44/2007

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento a aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços, de materiais de consumo, visando atender às necessidades deste Tribunal, cujas especificações constam do item 4.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Opta-se por realizar-se a presente licitação, valendo-se do Sistema de Registro de Preços, em virtude do exato enquadramento das necessidades do TRE/ Acre aos requisitos fundamentais para utilização desse sistema, previstos no art. 2.º do Decreto n.º 3.931/2001, e abaixo citados:

- a) Bens que, por suas características, necessitam de contratações freqüentes - os bens a serem licitados são necessários durante todo o transcorrer do ano;
- b) Conveniência da contratação parcelada - a contratação poderá ocorrer mês a mês, de acordo com a necessidade de consumo;

2.2. Acresça-se ainda o fato de que essa forma de contratação evitará os problemas então ocorrentes no âmbito deste TRE, relativos aos altos custos de aquisição e estocagem de suprimentos.

3. FUNDAMENTO LEGAL

3.1. O espedeço legal encontra-se na Lei n.º 10.520/2002, nos Decretos n.º 3931/2001, 3.555/2000 e 5.450/2005 e, na Lei n.º 8.666/93.

4. ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VLR. REFERÊNCIA	VLR. TOTAL
1	341640	Caixa de ponta para seringa centrix, modelo agulha para inserção por injeção de ionômero de vidro e cada caixa com vinte pontas cada	Cx	20	45,00	900,00
2	109061	Kit completo de ionômero de vidro composto por: vinte e sete gramas de pó de ionômero nas cores vita A3, B2, P (pediátrica), oito mililitros de líquido catalizador, seis e meio mililitros de líquido primer, seis e meio mililitros de líquido para glaze, bloco para espatulação, cásulo para mistura, colher dosadora. Composição do líquido: ácido policarboxílico, 2-hidroxietilmetacrilato e água. Composição do pó: silicato de flúor-alumínio. Composição do glaze: bisgma e tegdma. Composição do primer: 2-hidroxietilmetacrilato e etanol.	UNID	03	858,00	2.574,00
3	291493	Bloco de papel para rascunho, auto-adesivo, dimensões: 76 x 102mm, em papel sulfite, cores variadas fluorescentes. Embalagem: pacote com 4 (quatro) blocos de 100 (cem) folhas cada.	UNID	100	4,57	457,00
4	253434	Bloco de papel para rascunho, auto-adesivo, dimensões: 38 x 51mm, em papel sulfite, cores variadas fluorescentes. Embalagem: pacote com 4 (quatro) blocos de 100 (cem) folhas cada.	UNID	100	1,72	172,00
5	111325	Placa controladora no-break 7 Kva, entrada: trifásico e saída: monofásico	UNID	10	980,00	9.800,00

6	20583	Fone de ouvido estéreo	UNID	06	13,82	82,92
7	236450	Bandeja modular, 01 (um) andar, em acrílico fume	UNID	100	13,40	1.340,00
8	225710	Pano de prato, 100% de algodão, tamanho mínimo de 45 cm X 60 cm	UNID	250	2,20	550,00
9	226093	Saco plástico para lixo, capacidade para 50 L, pacote com 10 sacos	PCT	300	1,27	382,50
10	289422	Cesto telado para lixo, capacidade mínima para 10 litros	UNID	100	3,20	320,00
TOTAL ESTIMADO						17.638,42

5. CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO:

5.1. Prazo de Entrega - O prazo de entrega será de 20 (vinte) dias após o recebimento, pela(s) Contratada(s), da Nota de Empenho.

Local de Entrega - A(s) empresa(s) vencedora(a) deverá(ão) entregar a quantidade mencionada no pedido de compra na Seção de Assistência à Saúde e Benefícios do TRE/AC (itens 01 e 02) e na Seção de Almoarifado (itens 03 a 05).

6. RESPONSABILIDADE DAS PARTES

6.1. O TRE obriga-se a:

6.1.1. Promover através de seu representante o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob os aspectos quantitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à empresa as ocorrências de qualquer fato que, a seu critério, exijam medidas por parte daquela;

6.1.2. Efetuar o pagamento à empresa, de acordo com a forma e prazo estabelecidos;

6.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto, quando solicitados pela licitante vencedora;

6.1.4. Permitir acesso dos empregados da licitante vencedora, devidamente credenciados, às dependências do Tribunal para retirada e entrega dos produtos;

6.1.5. Rejeitar qualquer material entregue equivocadamente ou em desacordo com as especificações mínimas exigidas neste ato convocatório;

6.1.6. Atestar as notas fiscais ou faturas correspondentes, por intermédio da Seção de Assistência à Saúde e Benefícios, ou por outro servidor designado para esse fim.

6.2. A empresa a ser Contratada obriga-se a:

6.2.1. Fornecer os produtos novos, de primeiro uso, não reconicionados com validade mínima de 18 (dezoito) meses, a contar da data da entrega, quanto aos itens 01 e 02, e com validade mínima de 6 meses, a contar da data da entrega, quanto aos outros itens especificados;

6.2.2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o fornecimento de materiais de consumo sem prévia e expressa anuência do TRE/ Acre;

6.2.3. Entregar os produtos, rigorosamente de conformidade com todas as condições e prazos estipulados;

6.2.4. Por ocasião da entrega, os produtos serão conferidos e, se verificadas irregularidades, serão devolvidos à empresa contratada, que terá o prazo máximo de 3 (três) dias para substituí-los;

6.2.5. Responder por quaisquer danos causados diretamente ou indiretamente ao TRE, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na entrega do material, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, mesmo que não haja fiscalização ou o acompanhamento do TRE.

7. ORÇAMENTO ESTIMADO

7.1. O valor total estimado para a aquisição dos materiais objeto do presente Termo é de R\$ 17.638,42 (dezesete mil seiscientos e trinta e oito reais e quarenta e dois centavos).

Rio Branco, 1º de outubro de 2007

Responsável pelos dados:

Normandes de Oliveira Santos

Seção de Almoxarifado

Washington dos Reis Leite

Odontólogo do TRE/ AC

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 44/2007

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO AO EMPREGO DE MÃO-DE-OBRA DE MENORES

_____ (NOME DA EMPRESA) _____, inscrita no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(data)

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 44/2007

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ____/2007

Aos ____ dias do mês de _____ de 2007, a União, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE**, CNPJ n.º 05.910.642/0001-41, e sede no Centro Administrativo do Governo Estadual, Rua Ilmar Galvão, s/n.º, BR-364, Km-02, cidade de Rio Branco/AC, doravante designado TRE/AC, neste ato representado por sua presidente, Desembargador _____, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** do(s) fornecedor(es) abaixo elencado(s), vencedor(es) do Pregão Eletrônico n.º **40/2007**, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para **FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO (ODONTOLÓGICO, EXPEDIENTE, LIMPEZA)**, observadas as disposições contidas nas Leis n.º 8.666/93 e suas alterações, 8.078/90, 10.520/2002; Decretos n.º 3.931/2001 e 5.450/2005.

1. **DO(S) FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):** A partir desta data, fica(m) registrado(s) neste Tribunal, observada a ordem de classificação, os preços do(s) fornecedor(es) registrado(s) a seguir relacionado(s), objetivando o compromisso de fornecimento dos matérias **constantes do Anexo Único deste instrumento**, nas condições estabelecidas no ato convocatório.
 - a) Fornecedor - item __: _____, CNPJ n.º _____, com sede à Rua _____, CEP: _____, telefone: (____) _____, fax: (____) _____, telefone representante em Rio Branco (____) _____, fax (____) _____, representada por seu(sua) _____, Sr(a). _____, _____ (nacionalidade e estado civil), residente e domiciliado(a) em _____, RG n.º _____ SSP/____, CPF n.º _____.
2. **DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO:** O ajuste com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizado pelo TRE/AC mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão n.º 40/2007
 - 2.1. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o **comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho**, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de **Pregão Eletrônico n.º 44/2007**.
 - 2.2. O(s) fornecedor(es) registrado(s) fica(m) obrigado(s) a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.
3. **DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS:** O TRE/AC adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.
 - 3.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.
4. **DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:** A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao TRE/AC convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.
 - 4.1. Caso o fornecedor registrado se recuse a baixar os preços registrados, o TRE/AC poderá cancelar o registro ou convocar todos os fornecedores registrados para oferecerem novos envelopes de propostas, gerando novo julgamento e adjudicação para esse fim.

- 4.2. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
- 4.3. O diferencial de preço entre a proposta inicial do fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo TRE/AC à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. **DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:** O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;
- d) houver razões de interesse público.

5.1. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.2. O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. **DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS**

6.1. O fornecedor terá o prazo de 20 (VINTE) dias consecutivos, contados da confirmação do recebimento da respectiva Ordem de Compra ou Nota de Empenho, para efetuar a entrega dos produtos.

7. **DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Pregão 44/2007, que a originou.

7.1. Esta Ata tem seu prazo de validade até _____.

8. **DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** A presente Ata será divulgada no portal da Internet www.comprasnet.gov.br.

9. **DO FORO:** As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro Federal de Rio Branco/AC, com renúncia de qualquer outro.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o TRE/AC e o(s) fornecedor(es) registrado(s), na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 04 (quatro) vias de igual e teor e forma.

Rio Branco/AC, ____ de _____ de 2007.

Desembargador _____
Presidente do TRE/AC

FORNECEDOR

